



## A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DO PIN NA UFFS

**Gilvan Marques Dutra**  
Universidade Federal da Fronteira Sul [gilvan.dutra@estudante.uff.edu.br](mailto:gilvan.dutra@estudante.uff.edu.br)

**Letícia de Souza Matias**  
Universidade Federal da Fronteira Sul [leticiadesouzamatias@gmail.com](mailto:leticiadesouzamatias@gmail.com)

**Carla Rosane Paz Arruda Teo**  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó [carlateo@unochapeco.edu.br](mailto:carlateo@unochapeco.edu.br)

**Eleine Maestri**  
Universidade Federal da Fronteira Sul [eleine.maestri@uff.edu.br](mailto:eleine.maestri@uff.edu.br)

**Introdução:** A inclusão dos povos indígenas no ensino superior representa uma conquista recente e significativa no processo de democratização da educação brasileira. Nas últimas décadas, políticas públicas de ações afirmativas e programas de acesso têm possibilitado o ingresso de grupos historicamente excluídos nas universidades públicas. Nesse contexto, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) instituiu, em 2013, o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), reconhecendo que garantir o ingresso é apenas o primeiro passo e que a verdadeira inclusão requer condições de permanência dignas e respeitosas à diversidade cultural. **Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo compreender como a UFFS, por meio do PIN e de suas políticas afirmativas, tem promovido a permanência dos estudantes indígenas. **Aporte teórico:** O estudo fundamenta-se em autores que discutem as ações afirmativas e a inclusão social no ensino superior, como Franceschini (2020), que considera a universidade um espaço de produção de conhecimento que deve refletir a diversidade da sociedade brasileira. Apoia-se, ainda, nas contribuições de Cella e Peron (2021), que abordam a interculturalidade e a educação indígena como processos de diálogo entre saberes acadêmicos e tradicionais, propondo a superação da visão homogênea e eurocêntrica da cultura universitária. A concepção de permanência estudantil é ampliada, abarcando não apenas o apoio financeiro, mas também dimensões pedagógicas, emocionais e simbólicas, essenciais para que os estudantes indígenas se reconheçam pertencentes à universidade. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental onde foram analisados a Resolução nº 033/CONSUNI/UFFS/2013, que institui o PIN, produções acadêmicas sobre o tema, publicações que tratam do perfil dos

estudantes indígenas da UFFS, suas expectativas, desafios e percepções em relação às políticas de permanência. **Resultados e discussão:** O PIN tem contribuído de forma significativa para o aumento do número de estudantes indígenas na UFFS, assegurando vagas suplementares em todos os cursos de graduação. Além disso, o programa mantém comissões locais e uma comissão geral responsáveis por acompanhar as ações de acesso e permanência, articulando iniciativas de apoio pedagógico, psicológico e social. Entre as ações mais relevantes, destacam-se a oferta de bolsas de assistência estudantil, tutorias, oficinas culturais e acompanhamento acadêmico individualizado. Contudo, persistem desafios expressivos. Muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras, já que o deslocamento das comunidades indígenas até os campi da UFFS implica custos elevados e as condições de moradia e alimentação nem sempre são adequadas. Soma-se a isso a existência de barreiras culturais e pedagógicas, pois o ambiente universitário ainda reproduz estruturas e linguagens marcadas por uma lógica eurocêntrica, que dificulta o reconhecimento e a valorização dos saberes indígenas. A ausência de formação intercultural continuada para docentes e servidores constitui outro obstáculo à efetiva inclusão. Apesar das dificuldades, a presença indígena na UFFS tem provocado transformações positivas na instituição. A convivência intercultural favorece o diálogo entre diferentes epistemologias e tem estimulado o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa voltados às comunidades indígenas. Essas experiências fortalecem a identidade dos estudantes, promovem pertencimento e contribuem para a construção de uma universidade mais plural, democrática e comprometida com a justiça social. **Conclusão:** O PIN constitui uma política institucional de grande relevância social e acadêmica, responsável por ampliar o acesso e o acompanhamento de estudantes indígenas na UFFS. No entanto, a consolidação dessa política requer o fortalecimento contínuo das ações de permanência, com ampliação de recursos financeiros, investimentos em formação intercultural para os profissionais da educação e maior integração entre universidade e comunidades indígenas. Somente por meio desses esforços será possível consolidar uma permanência efetiva, baseada no respeito à diversidade, na equidade de oportunidades e no reconhecimento do valor dos povos originários na construção do conhecimento universitário.

**Palavras-chave:** Educação superior; Estudante indígena; Permanência acadêmica.

## Referências

CELLA, Suzana; PERON, Marli. **Educação intercultural e formação de professores:** desafios da inclusão indígena nas universidades públicas brasileiras. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, v. 11, n. 33, p. 72–89, 2021.

FRANCESCHINI, Ricardo. **Políticas afirmativas e democratização da educação superior:** perspectivas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e021420, 2020.



12 e 13  
nov/25

Campus  
Chapecó

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). Resolução nº 033/CONSUNI/UFFS/2013, de 22 de agosto de 2013. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN). Chapecó: UFFS, 2013. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>. Acesso em: 27 out. 2025.